

Enel Green Power Aroeira 05 S.A.

CNPJ: 38.091.465/0001-78

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Aroeira 05 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Aroeira 05 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2024.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Vago	Diretor de Construção
Vago	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Vago	Diretor de Projetos
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Aroeira 05 S.A.**
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Aroeira 05 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Aroeira 05 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

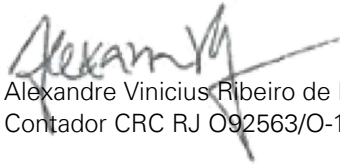
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ O92563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	51.143	191
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	755	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		57	-
Total do ativo circulante		51.955	191
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	5	4.000	-
Imobilizado	6	279.177	161.327
Intangível	7	12.723	-
Total do ativo não circulante		295.900	161.327
Total do ativo		347.855	161.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	7.332	94.766
Empréstimos e financiamentos	9	6.912	-
Outras obrigações fiscais		320	699
Outras obrigações		471	1.607
Total do passivo circulante		15.035	97.072
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	9	126.011	-
Provisão para desmantelamento	10	409	-
Total do passivo não circulante		126.420	-
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12	284.501	134.501
Capital social (a integralizar)		(72.316)	(69.777)
Prejuízos acumulados		(5.785)	(278)
Total do patrimônio líquido		206.400	64.446
Total do passivo e do patrimônio líquido		347.855	161.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2023	2022
Receita líquida	13	730	-
Custo do serviço	14	(1.836)	-
Lucro bruto		(1.106)	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(1.782)	(121)
Total despesas operacionais		(1.782)	(121)
Resultado do serviço		(2.888)	(121)
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		9.252	23
Despesas financeiras		(9.556)	(178)
Total do resultado financeiro		(304)	(155)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(3.192)	(276)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(2.315)	-
		(2.315)	-
Prejuízo do exercício		(5.507)	(276)
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	12	(0,02)	(0,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(5.507)	(276)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(5.507)	(276)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) Capital à integralizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1	(1)	(2)	(2)
Aumento de capital	134.500	(69.776)	-	64.724
Prejuízo do exercício	-	-	(276)	(276)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	134.501	(69.777)	(278)	64.446
Aumento de capital	150.000	(2.539)	-	147.461
Prejuízo do exercício	-	-	(5.507)	(5.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	284.501	(72.316)	(5.785)	206.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(5.507)	(276)
<u>Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Juros e variações monetárias	6.508	-
Apropriação dos custos de transação	(585)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.315	-
Variações cambiais não realizadas	(53)	(23)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(755)	-
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(57)	-
Cauções e depósitos	(4.000)	-
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		
Fornecedores	(87.381)	86.089
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(879)	-
Outras obrigações fiscais	(379)	699
Outras obrigações	(1.136)	1.409
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.436)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(93.345)	87.898
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições de ativo imobilizado	(130.164)	(152.431)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(130.164)	(152.431)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Aumento de capital	147.461	64.724
Captação de empréstimos e financiamentos	127.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	274.461	64.724
Variação no caixa líquido da Companhia	50.952	191
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	191	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	51.143	191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Aroeira 05 S.A. ("Companhia") foi constituída em 14 de agosto de 2020, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial eólico de 30 MW no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, que foi objeto da Resolução nº 10.017/2021-ANEEL, com contrato vigente até 17 de maio de 2056. Através da resolução, a Companhia obteve autorização para a implantar e explorar a Central Geradora Eólica – EOL Aroeira 5, sob o regime de produção independente de energia elétrica.

Através do despacho ANEEL 5.022 de 19 de dezembro de 2023 a Companhia obteve a liberação para início das operações das unidades geradoras em 20 de dezembro de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.2. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 18 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 4 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,
- Nota 7 – Intangível,
- Nota 10 – Provisão para desmantelamento,
- Nota 11 – Provisão para processos judiciais, e
- Nota 18 – Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (nota explicativa nº 18). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	642	191
CDB (Aplicações diretas)	50.501	-
Total	51.143	191

As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



caixa. Os CDBs tinham taxa de remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 100% do CDI.

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Total	Total
		31.12.2023	31.12.2022
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	755	755	-
Total	755	755	-

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP), em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. Cauções e depósitos

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de liquidez do BNB	4.000	-
Total	4.000	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O saldo de R\$ 4.000 em 31 de dezembro de 2023, é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste - BNB. O saldo da conta é calculado mensalmente pelo BNB e deverá ser mantido na conta até o vencimento (nota explicativa nº9).

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de outubro de 2046, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2023.

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 10).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

	31.12.2022	Adição	Desmantelamento	Transferência	Reclassificação	31.12.2023
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	-	-	409	74.306	-	74.715
Máquinas e equipamentos	-	-	-	119.852	-	119.852
Linhas de transmissão	-	-	-	18.953	-	18.953
	-	-	409	213.111	-	213.520
Imobilizado em curso						
Edificações, obras cívics e benfeitorias	4.542	-	-	(4.542)	-	-
Máquinas e equipamentos	156.785	130.164	-	(208.569)	(12.723)	65.657
	161.327	130.164	-	(213.111)	(12.723)	65.657
Total do imobilizado	161.327	130.164	409	-	(12.723)	279.177

As adições do imobilizado refletem o plano de negócios da Companhia para a implantação e exploração das unidades geradoras eólicas.

	31.12.2021	Adição	31.12.2022
Imobilizado em curso			
Edificações, obras cívics e benfeitorias	410	4.132	4.542
Máquinas e equipamentos	8.486	148.299	156.785
Total do imobilizado	8.896	152.431	161.327

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Linhas de transmissão	2,50%

7. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023		31.12.2022
	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	12.723	12.723	-
Total	12.723	12.723	-

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço	
	Custo	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Reclassificação	12.723	12.723
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.723	12.723

8. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2023	31.12.2022
Encargo de Uso da Rede	219	-
Total energia	219	-
Materiais e serviços	5.074	82.922
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 17)	2.039	11.844
Total materiais e serviços	7.113	94.766
Total	7.332	94.766

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 31 de dezembro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de 2023, não há saldos em aberto destas operações (R\$ 68.613 em 31 de dezembro de 2022).

9. Empréstimos e financiamentos

	31.12.2023					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
Banco do Nordeste	3.339	3.573	6.912	126.011	126.011	132.923
Total	3.339	3.573	6.912	126.011	126.011	132.923

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Captações	127.000	-	127.000
Encargos provisionados	3.572	-	3.572
Variação monetária	2.936	-	2.936
Transferências	(126.011)	126.011	-
Custo de transação	(585)	-	(585)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.912	126.011	132.923

Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de Juros	Finalidade	Garantia	31.12.2023
Banco do Nordeste	127.000	15/04/2023	15/10/2046	IPCA + 4,31%	Mensal	Mensal	CAPEX	Não	132.923

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
5.772	5.772	5.772	5.772	102.923	126.011

Cláusulas restritivas (*covenants*)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros.

10. Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento está relacionada com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 10,41% (12,42% em 31 de dezembro de 2022), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas:

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	31.12.2023	31.12.2022
Revisão da estimativa	409	-
Saldo do final do exercício	409	-

11. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e provável.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 284.501 (R\$ 134.501 em 31 de dezembro de 2022), parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	284.500.999	100,00%	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	1	0,00%	1.000	0,00%
Total	284.501.000	100,00%	134.501.999	100,00%

Em 25 de janeiro de 2023 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária – AGE o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 150.000 com emissão de 150.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e parcialmente integralizado pela Enel Brasil S.A. Em 2023, a Companhia integralizou o montante de R\$ 147.461 referente a este aumento de capital, remanesecendo ainda o montante de R\$ 2.539 de capital a integralizar.

12.2 Distribuição de resultado

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou prejuízos de R\$ 5.507 e R\$ 276, respectivamente, portanto, não há destinação a ser realizada referente aos exercícios findos nestas datas.

12.3 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo do exercício	(5.507)	(276)
Número de ações	284.501.000	134.501.999
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	(0,02)	(0,00)

13. Receita líquida

Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	758	-
	758	-
Deduções da receita		
Cofins	(23)	-
Pis	(5)	-
	(28)	-
Total	730	-

14. Despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2023			2022	
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas gerais e administrativas	Total
Serviços de terceiros	(971)	(659)	(1.630)	-	-
Serviços de terceiros partes relacionadas	-	(981)	(981)	-	-
Encargos de uso de rede elétrica	(1.627)	-	(1.627)	-	-
(-) Capitalização dos custos de material	981	-	981	-	-
Transporte de potência de energia	(219)	-	(219)	-	-
Outras receitas (despesas)	-	(142)	(142)	(121)	(121)
Total	(1.836)	(1.782)	(3.618)	(121)	(121)

15. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	6.801	-
Outras variações cambiais	53	23
Outras receitas financeiras	2.398	-
	9.252	23
Despesas financeiras		
Custo de transação	(17)	-
Encargos de dívidas	(6.508)	-
Atualização de impostos e multas	(1.257)	(8)
Garantias e fianças	(1.383)	(40)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(1)	-
Outras despesas financeiras	(390)	(130)
	(9.556)	(178)
Total	(304)	(155)

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	2023	2022
Receita de suprimento de energia elétrica	755	-
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	60	-
Rendimento de aplicações financeiras	6.801	-
Total base de cálculo	6.861	-
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.028)	-
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(667)	-
Total do imposto de renda	(1.695)	-
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	91	-
Rendimento de aplicações financeiras	6.801	-
Total base de cálculo	6.892	-
Alíquota da contribuição social (9%)	(620)	-
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.315)	-

17. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

17.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Passivo	Passivo	Receitas	Receitas
Compartilhamento de despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(695)	(12.371)	(2.249)	-
Total		(695)	(12.371)	(2.249)	-

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Passivo	Passivo	Receitas	Receitas
Suporte operacional					
Enel Green Power SPA	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(1.815)	(1.080)	-	-
Total		(1.815)	(1.080)	-	-

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de (i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; (ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; (iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; (iv) participação na execução do projeto; (v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Categoria	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	51.143	51.143	-	-
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	4.000	4.000	191	191
			55.898	55.898	191	191
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	7.332	7.332	94.766	94.766
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	132.923	80.871	-	-
			140.255	88.203	94.766	94.766
			196.153	144.101	94.957	94.957

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como Caixa e equivalente de caixa, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

18.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

18.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (IPCA e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2023 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	11.692	13.165	1.473	14.624	2.932
Total	11.692	13.165	1.473	14.624	2.932

18.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

18.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de debêntures, empréstimos e financiamentos e fornecedores da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2023						
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	278	1.446	22.022	64.314	102.925	190.985
Fornecedores	-	7.332	-	-	-	7.332
Total	278	8.778	22.022	64.314	102.925	198.317

18.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	132.923	-
Dívida	132.923	-
Caixa e equivalentes de caixa	(51.143)	(191)
Dívida líquida	81.780	(191)
Patrimônio líquido	206.400	64.446
Índice de endividamento líquido	28%	0%

19. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Responsabilidade civil de administradores	10/11/2023	10/11/2024	n/a	77.618

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do Grupo